TEXTOS PARA DISCUSSÃO, ISSN 0103-6661

REVISÃO DA PNAD

DISSEMINAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

MÓDULO IV DO ANTEPROJETO

NÚMERO 58

DEZEMBRO DE 1991

the second territories of the second

Presidente da República Fernando Collor de Mello

Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento Marcílio Marques Moreira

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente Eduardo Augusto Guimarães

Diretor-Geral
José Guilherme Almeida dos Reis

ÓRGÃOS TÉCNICOS SETORIAIS

Diretoria de Pesquisas Lenildo Fernandes Silva

Diretoria de Geociências Mauro Pereira de Mello

Diretoria de Informática Nuno Duarte da Costa Bittencourt

Centro de Documentação e Disseminação de Informações Nelson de Castro Senra

REVISÃO DA PNAD A DISSEMINAÇÃO DAS INFORMAÇÕES MÓDULO IV DO ANTEPROJETO

Estatístico, Gerente do Projeto de Reformulação e Modernização, do DEREN

JOSÉ UBALDO BAIÃO

Estatístico, Mestre em Informática

LUISA PINHEIRO TEIXEIRA

Bacharel em Matemática, Técnica do Núcleo de Desenvolvimento de Mercado, do CDDI

RIO DE JANEIRO

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro CEP 20 021 - Rio de janeiro, RJ - Brasil

DIRETOR DE PESQUISAS LENILDO FERNANDES SILVA DIRETORA-ADJUNTA DE PESQUISAS MÁRCIA BANDEIRA DE MELLO LEITE

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE EMPREGO E RENDIMENTO
MARIA MARTHA MALARD MAYER
CHEFE DA DIVISÃO DE ESTUDOS E ANÁLISES
PAULO CESAR DE SOUZA QUINTSLR
CHEFE DE PESQUISA MENSAL
MARILENI SILVA MANSOLDO
CHEFE DE PESQUISA ANUAL
TEREZINHA BATISTA TAVARES COUTINHO

© 1990, 91, 92

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Série publicada pela Diretoria de Pesquisas do IBGE, com o objetivo de divulgar ensaios, estudos e outros trabalhos técnicos nas áreas econômica, social e demográfica, elaborados no âmbito da Diretoria.

Edição: Núcleo de Documentação e Disseminação da Diretoria de Pesquisas. (NDI/DPE)

Meneses, Antonio Carlos fernandes de Revisão da PNAD : a disseminação das informações : módulo IV do anteprojeto / Antonio Carlos Fernandes de Menezes, José Ubaldo Baião, Luísa Pinheiro Teixeira. — Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1992. 31 f. — (Textos para discussão / IBGE, Diretoria de Pesquisas, ISSN 0103-6661; n. 58)

ISBN 85-240-0438-x

1. Levantamentos domiciliares - Brasil - Serviços de informação. 2. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. I. Baião, José Ubaldo. II. Teixeira, Luisa Pinheiro. III. IBGE. Diretoria de Pesquisas.

IBGE. CDDI.Dep. de Documentação e Biblioteca RJ-IBGE/92-18 CDU 311.21:314.6(81)

Informações: Biblioteca Setorial da Diretoria de Pesquisas Rua Visconde de Niterói, 1. 246, Bloco B, sala 1.211-B, Mangueira

Telefone: (021) 284-8938 / 284-3322 - ramal 303

APRESENTAÇÃO

Dando sequência à elaboração do Anteprojeto da Pesquisa
Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, apresentamos o Módulo
IV - A Disseminação das Informações, que é precedido pelos Módulos
I - A Questão Conceitual, II - A Questão Amostral e III - A
Apuração das Informações, publicados na Série Textos para
Discussão nos 46, 54, e 56.

Este módulo anuncia as questões a serem estudadas com o objetivo de definir-se o processo de disseminação dos dados para a PNAD da década de 90.

O texto, ora apresentado, foi elaborado por Antonio Carlos Fernandes de Menezes (Gerente do Projeto de Reformulação e Modernização da DIESA/DEREN), Jose Ubaldo Baião (Chefe do Núcleo de Desenvolvimento de Mercado do CDDI) e Luisa Pinheiro Teixeira (Técnica do Núcleo de Desenvolvimento de Mercado do CDDI).

Nas discussões que precederam esta versão final, foram muito importantes as contribuições do técnico Paulo Cesar de Souza Quintslr (Chefe da Divisão de Estudos e Análises do DEREN).

Com esta divulgação, espera-se a leitura atenta e as críticas e sugestões de todas as áreas do IBGE, interessadas na discussão do tema.

Maria Martha Malard Mayer Chefe do Departamento de Emprego e Rendimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	. 7
1 - ASPECTOS GERAIS	. 8
2 - HISTÓRICO	12
3 - O CDDI	18
4 - O PROJETO DE DISSEMINAÇÃO	
4.1 - MOTIVAÇÃO	21
4.2 - AS FASES	25

INTRODUÇÃO

As atividades de revisão da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios estão sendo desenvolvidas, tendo como base um conjunto de documentos que se constituem nos Módulos do Anteprojeto de Pesquisa. Desta maneira, já foi concluido o Módulo I - A Questão Conceitual, e acham-se em fase final os trabalhos para a elaboração do Módulo II - A Questão Amostral e do Módulo III - Apuração das Informações.

O presente documento apresenta o quarto módulo "A Disseminação das Informações". Como nos demais, o que se pretende nesta ocasião é dar tratamento a uma questão central do processo de pesquisa, procurando problematizá-la, de maneira a conduzir as discussões necessárias para seu esclarecimento e, consequentemente, identificar as diretrizes que orientarão a PNAD revisada. Assim, procura-se analisar, de forma objetiva, alguns temas que guardam referência, causal ou de consequência, com a disseminação das informações da pesquisa, visando dotar a PNAD de uma norma eficiente para essa finalidade.

divilgat - 1 teres delecties em prática, a pressupe

ispendendo do tipos de proquisa em questo, pesa ser taref

1- ASPECTOS GERAIS

Para as idéias que se pretende desenvolver ao longo desta parte do texto, pode-se tomar os processos de criação e implantação de uma pesquisa como constituídos por:

- a) planejamento;
- b) coleta de informações;
- c) processo de apuração; e
- d) divulgação dos resultados.

Esta forma, apesar de bastante geral, permite que a divulgação seja tratada tendo como referência a pesquisa em suas grandes etapas, o que se constitui, no momento, no objetivo a ser alcançado.

Não é novidade, mas deve ser explicitado, que duas são as pré-condições, quando se pensa a divulgação das informações de uma pesquisa. Em primeiro lugar, deve-se ter a garantia de acesso pleno às informações por parte dos usuários e, paralelamente, estes precisam.ser atendidos em suas demandas em tempo compatível com suas necessidades.

A garantia de acesso pleno, ou democratização do uso das informações, está ligada diretamente ao estabelecimento das formas de divulgação a serem colocadas em prática, e pressupõe o conhecimento do perfil dos usuários. O levantamento desse perfil, dependendo do tipo de pesquisa em questão, pode ser tarefa

difícil. Em levantamentos de porte, com amplo universo de investigação, onde, normalmente, o número de usuários é grande e de perfil diversificado, o perfeito conhecimento da demanda por informações pode vir a consumir recursos substanciais, não raro especializados, pois de forma rigorosa exigiria uma pesquisa específica. O que normalmente costuma-se fazer é, em um primeiro momento, durante a fase de planejamento da pesquisa, tentar-se estabelecer um rol possível de usuários, tendo como referência informações anteriores. Estas informações podem derivar de demandas já apresentadas ao levantamento no passado, pressupondo portanto a existência e o acesso a registros dessas situações; outros caminhos podem ser escolhidos, como por exemplo,tomar informações provenientes de outros levantamentos que guardem razoável grau de correspondência com a pesquisa em tela.

Quando não se observa a outra pré-condição, ou seja quando ocorre o retardamento em divulgar os resultados, tem-se invariavelmente a frustração, as vezes total, dos objetivos da pesquisa. Por exemplo, em investigações para avaliação de aspectos conjunturais, o prazo de divulgação assume papel central. A necessidade de ter-se, indicadores que caracterizem o momento atual, exige agilidade da pesquisa como um todo e, em particular, da tarefa de divulgação. Por outro lado, mesmo considerando levantamentos de alcance não tão imediato, e até nos que investigam questões estruturais como os censos, costuma-se ter prejuizo considerável quando o tempo para disponibilidade dos dados se alarga relativamente às necessidades dos usuários.

Não é raro, no desenvolvimento de um projeto de pesquisa, ocorrer uma tendência a dar-se um tratamento de menor atenção a etapa de divulgação. É comum, por exemplo, concentrar-se recursos nas demais etapas do processo de pesquisa que relativamente à divulgação revelam-se inadequados, considerando o seu grau de integração no processo e compromisso com o sucesso do levantamento. Normalmente, estes recursos costumam ser utilizados, tendo como preocupação maior a coleta das informações e sua apuração, pois nas etapas subsequentes do processo de pesquisa nada consegue melhorar a qualidade de uma informação e, por outro lado, deve-se ter cuidado para que o processo de apuração seja adequado, para não se constituir em um procedimento que introduza erros, ao inves de corrigí-los.

Deve ficar claro que, tanto uma quanto outra, são preocupações pertinentes no projeto de qualquer levantamento. No entanto não se deve esquecer, que todo o esforço de aprimoramento dispendido desde o planejamento da pesquisa até a apuração de seus dados, pode ser posto a perder por uma divulgação pouco eficiente.

Equívocos, como o tratamento tardio dispensado a alguns aspectos da divulgação podem também ser citados. Por exemplo, em pesquisas que utilizam planos tabulares como base de divulgação de suas informações, é comum pensar-se esses planos durante, ou até após a apuração dos dados quando, ao contrário, deveriam estar minimamente explicitados, bem antes, durante a fase de planejamento da investigação. Esta distorção, que mostra uma visão

pouco nítida da interdependência das etapas no processo da pesquisa, deriva da consideração de que a demanda por informações está totalmente identificada quando os usuários anunciam os quesitos ou variáveis que são de seu interesse. No entanto, o procedimento correto deve passar também pela indicação de que cruzamentos pretende-se obter envolvendo aquelas variáveis, pois em levantamento de múltiplos propósitos pode ocorrer aprofundamento excessivo da investigação, para o qual a pesquisa não venha a garantir significância estatística conveniente.

Como conclusão deve-se chamar a atenção, principalmente, para a necessidade de que toda a equipe técnica responsável pela montagem da pesquisa pense a etapa de divulgação das informações, pois acredita-se que a não observância dessa condição dificulta, sobremaneira, a integração necessária para o bom andamento do processo de pesquisa em geral, e da divulgação em particular. E mais ainda, àqueles técnicos que terão, efetivamente, a tarefa de cuidar da execução da divulgação das informações deve ser assegurado o necessário conhecimento da pesquisa, o que se consegue, naturalmente, fazendo com que possam participar, desde o início das atividades de planejamento do levantamento, acompanhando também a sua efetiva implantação.

2- HISTÓRICO

Discutir divulgação de informações tendo como referência a PNAD é, obrigatoriamente, tratar de alguns pontos que têm como determinantes, ou no mínimo pano de fundo, o próprio IBGE, levando em conta que existem fortes laços entre a pesquisa e a Instituição.

A PNAD, lançada no Brasil na segunda metade da década de 60, refletiu o esforço conjunto de técnicos do IBGE e de organismos internacionais, no sentido de implantar no país um sistema de pesquisas domiciliares por amostragem. Esse sistema foi estruturado através da investigação contínua de um corpo básico, que pesquisa características de habitação e sócio - econômicas da população, e de um conjunto de pesquisas suplementares que, sem periodicidade definida, investiga temas específicos - saúde, educação, fecundidade, etc. - de interesse dos usuários. Mantido até hoje, o sistema incorporou com certeza todas as estratégias e diretrizes que o IBGE estabeleceu para o trabalho de divulgação de suas pesquisas.

Até o início da década de 70, os usuários tinham acesso às informações levantadas no âmbito do IBGE através de volumes impressos, mapas e gráficos, prevalecendo marcantemente os primeiros como forma de divulgação dos dados, onde basicamente publicavam-se os planos tabulares e informações gerais sobre cada pesquisa. As publicacões eram enviadas aos diversos orgãos da

Instituição para atendimento à demanda de seu corpo técnico e, dependendo da pesquisa, remetidas a outras instituições, entidades de pesquisa e bibliotecas. O grande público era atendido pela Biblioteca Central do IBGE no Rio de Janeiro ou nas salas de leitura de suas Delegacias e representações estaduais, podendo também adquirir as publicações, diretamente e a preços subsidiados, no posto de vendas da Instituição.

Até 1973, a PNAD realizava levantamentos trimestrais e divulgava o plano tabular do corpo básico, em média, nove meses após o encerramento da coleta das informações. As tiragens das publicações costumavam garantir a distribuição aos principais orgãos de planejamento e instituições de pesquisa na esfera do governo federal, havendo veiculação no IBGE, que atendia inclusive suas Unidades Regionais ao nível de Agências de Coleta.

A partir de 1976, as publicações da pesquisa, já de periodicidade anual, continuaram a manter o mesmo grau de cobertura anterior, mas o tempo para a divulgação desses dados passou a oscilar em torno de 15 meses, contados do início da coleta. Esta situação permaneceu até 1979 e foi acarretada, principalmente, pelas modificações introduzidas anualmente no corpo básico da pesquisa, que exigiam adaptações contínuas nas rotinas de apuração e tabulação de dados.

No que se refere às pesquisas suplementares, normalmente associadas ao corpo básico da PNAD a partir dos anos 70, os

atrasos na divulgação foram muito mais comprometedores. Nessas ocasiões o problema marcante foi a ausência de planejamento adequado para a realização dessas pesquisas, pois em alguns casos, não se levou em conta que esses suplementos exigiam o desenvolvimento de rotinas específicas para coleta, apuração e divulgação das informações. Houve situações de decidir-se pela incorporação de suplementos temáticos há três meses da realização da pesquisa básica, o que negou a possibilidade desses temas, muitas vezes de natureza complexa, serem investigados seguindo-se os ritos minimamente necessários à realização de qualquer pesquisa.

Ainda no início dos anos 70, o IBGE reorganizou-se integralmente através de uma ampla reforma técnica e administrativa, com vistas a atender a novas demandas, principalmente da área governamental. Nessa ocasião, houve um grande incentivo ao aprimoramento do corpo técnico da Instituição, com a criação de novas áreas de pesquisa e o reaparelhamento geral do orgão, ocorrendo investimentos pesados na sua área de informática. Passou então a ser possível o acesso às informações pesquisadas através do banco de dados, contando então os usuários com a possibilidade de emissão de tabulações especiais para o atendimento de demandas específicas.

As tabulações especiais constituíram-se no grande recursso para os usúarios definirem suas próprias tabelas obtendo informações não previstas nos planos tabulares. Esta alternativa

foi crescentemente utilizada para o acesso ás informações da PNAD, e a medida que a pesquisa aumentou sua cobertura geográfica, e passou a divulgar informações a nível estadual, ocorreu maior exigência dos usuários da pesquisa, determinando modificações no perfil da demanda por informações.

No entanto, o tempo de atendimento às solicitações de tabulações especiais não se adequava às necessidades dos demandantes. O IBGE vivia problemas bastante sérios de recurssos humanos na área de informática, principalmente na segunda metade da década de 70, resultado de um crescimento importante na oferta de emprego, que aqueceu sobremaneira esse mercado profissional. Isso foi de tal modo significativo, que muitas áreas de análise de dados do IBGE montaram grupos especializados ou treinaram parte de seu pessoal para a atividade ligada a processamento de dados, na tentativa de reduzir os prazos de acesso às informações do banco de dados.

Por outro lado, as solicitações de tabulações de maior complexidade passaram a exigir um tratamento técnico mais refinado, tanto da parte de recursos de informática como do departamento responsável pela PNAD e, cada vez mais, o atendimento aos pedidos dependia de um entrosamento entre essas áreas da Instituição. No entanto, a cooperação técnica tão necessária, não se mostrou eficiente e, em grande parte, via-se inviabilizado um atendimento ao usário dentro dos padrões desejados.

Até hoje, um dos motivos mais importantes do atraso na divulgação de informações é a dificuldade de validação das rotinas automatizadas para elaboração dos planos tabulares ou de tabulações especiais. Normalmente as solicitações de tabulação são feitas através de um procedimento denominado "seleção de variáveis", onde as tabelas são especificadas, praticamente em linguagem corrente, tendo como referência o dicionário de variáveis do banco de dados da pesquisa.

Ocorre que estas solicitações são, em seguida, codificadas segundo as diversas linguagens de programação, cujo conteudo, quase sempre, não é conhecido por aqueles que solicitam as tabelas. Isto traz problemas sérios de comunicação que, agravados pela complexidade da pesquisa, invariavelmente levam à dificuldades para validação das rotinas.

É sabido que, já há algum tempo, estão disponíveis no mercado softwares de tabulação, que através de linguagens de nível elevado - comandos bastante próximos da linguagem comum - possibilitam ao próprio usuário elaborar diretamente a rotina de tabulação, eliminando de vez o problema. No entanto, alguns destes recursos acham-se em fase de implantação, e por conseguinte não estão ainda difundidos no IBGE.

No início da década de 80 o IBGE colocou disponível para a Sociedade o SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática - que possibilitou, através da Rede Nacional de Telex, fossem acessadas

algumas das informações investigadas nas principais pesquisas da Instituição. Mais tarde, a rede de teleprocessamento do IBGE, passou também a fazer o atendimento aos usuários nas salas públicas de algumas Unidades Regionais e na Biblioteca Central do Õrgão.

Nesta mesma época foram criados os denominados **Produtos**de Pronta Entrega, que consistiam em arquivos em fita magnética,
com informações de censos e outras pesquisas, agregados, temáticos
ou microdados. Esses arquivos previamente definidos e elaborados
visavam atender os usuários que, dispondo de recursos
computacionais, processariam os dados de maneira própria. Para a
PNAD temos disponível para os usuários arquivos de microdados a
partir de 1976.

É necessário não esquecer que aos usuários deve ser garantido o acesso a outras informações sobre a pesquisa, além dos dados fruto da investigação propriamente dita. O bom uso dos resultados será possível na medida em que a pesquisa tenha sua metodologia documentada e sobretudo conhecida. A este respeito, a PNAD também acompanhou o rítimo do IBGE e somente divulgou sua metodologia no início da década de 80, quando a Instituição lançou a série "Relatórios Metodológicos". Também tardiamente, ou seja a partir de 1976, houve a iniciativa de publicação da estimativa dos erros amostrais para as informações divulgadas nos planos tabulares, o que propiciou aos usuários a utilização dos dados dentro do rigor estatístico exigido por uma pesquisa por amostra.

A partir de 1986, o IBGE conta com o Centro de Documentação e Disseminação de Informações -CDDI- como orgão técnico que tem a incumbência de atender à Sociedade, tratando da disseminação das informações produzidas na Instituição.

Entende-se que a tarefa de disseminar informações encerra duas ações distintas. Em primeiro lugar tem-se a divulgação dos resultados, que deve ser compreendida como o ato de fazer chegar aos usuários as informações das pesquisas, obedecendo à prazos e formas pré-estabelecidas em um plano de divulgação. Deste modo, faz sentido identificar o término da ação de divulgar, e o que acontece a partir dai, ao longo do tempo, é o resultado decorrente da inércia, repetitivo, monótono.

Por outro lado, disseminar é também realizar um trabalho que continua após a divulgação, que se caracteriza pela busca de maior qualidade no atendimento aos usuários, passando por tarefas que levem ao conhecimento mais preciso do seu perfil e necessidades, pelo estabelecimento de novos produtos de divulgação, pela elaboração de textos explicativos, analíticos, etc. Nestes casos, tem-se um conjunto de ações de caráter permanente, constituintes de um processo dinâmico, que se realimenta continuamente e não se esgota.

Parece correto partir-se do pressuposto de que para o êxito em sua missão, o CDDI tenha que conhecer, bastante bem, os demais orgãos do IBGE, e seja por estes também conhecido. Para isto é necessário que toda a Instituição esteja disponível e mostre-se ao CDDI, e este execute sua missão em seus próprios limites, auto documentando-se e auto disseminando-se, ou seja mostrando-se também ao IBGE.

Há pouco tempo foi possível ter-se um exemplo concreto, por parte do CDDI, em atendimento a condição enunciada anteriormente. Trata-se do texto número 1 da série, recentemente criada "Documentos para Disseminação" cujo título é "O IBGE e o Atendimento à Sociedade", apresentado como prefácio ao projeto técnico do CDDI, que contribuiu também como referência para palestras promovidas para diversos orgãos do IBGE. Basicamente, este texto coloca a intenção de promover-se um amplo trabalho institucional, ressaltando que a tarefa de atendimento à Sociedade não é exclusiva do CDDI, mas de todo IBGE.

O IBGE confere, em seu estatuto, atribuições ao CDDI que, para seu atendimento, exigem o enfrentamento de questões bastante sérias. O texto divulgado apresenta algumas dessas questões, evidenciando seus contornos, sendo que a maioria delas tem relacionamento e impactam diretamente o processo de revisão da PNAD. Este módulo não tem a pretensão de tratar a divulgação da PNAD enunciando como, ou através de que formas, o CDDI deveria fazê-lo. Parece mais adequado analisar alguns aspectos da

divulgação em seu contexto mais específico, ou seja, tendo como referência o projeto de revisão, e a partir daí, passando por um processo amplo de discussão, estabelecer as frentes de trabalho a serem desenvolvidas, em conjunto, pelo CDDI e o DEREN. Espera-se com esse relacionamento estreito, desde início, promover o conhecimento mútuo que se anunciou anteriormente como necessário entre o CDDI e, no caso particular, o DEREN.

No que se refere ao trabalho conjunto, definiu-se no cronograma de revisão da PNAD, apresentado em anexo, as atividades e os prazos para estudos e estabelecimento das diretrizes de divulgação da pesquisa. Este cronograma mostra os grandes processos, e identifica, em princípio, a atividade de Simulação de Divulgação dentro de uma etapa de Estudo de Viabilidade. A seguir, na etapa de Implementação, são citadas as atividades de Definição e Automatização do Projeto Experimental de Divulgação, que levam a Implantação do Sistema Experimental. Ainda nessa etapa, após a realização do teste final de campo - Experimento Sul - está prevista a divulgação de seus resultados, segundo a metodologia do Sistema Experimental especificado que, após os ajustes, ensejará a Definição e Automatização / Implantação do projeto de Divulgação da PNAD.

4- O PROJETO DE DISSEMINAÇÃO

4.1- MOTIVAÇÃO

Procedendo a análise do histórico de divulgação de pesquisas no IBGE e, em particular, da PNAD, verificamos que ainda estamos aquem do que poderíamos realizar. Pouco avançamos em forma e conteúdo.

De princípio deve-se admitir que, ao longo desses anos de investigação PNAD, pouco foi feito para conhecer-se melhor o perfil dos usuários da pesquisa e, consequentemente, identificar as formas mais adequadas para atendê-los.

No que se refere a divulgação através do plano tabular do corpo básico o que se fez até então foi admitir que os técnicos do IBGE pudessem identificar as necessidades do usuários e, através de discussões internas, estabelecer que conjunto de tabelas deveria ser divulgado. Isto levou a que a divulgação do corpo básico da PNAD fosse tratada temáticamente, havendo a publicação das tabelas segundo os seguintes conjuntos: Dados Gerais, Instrução, Mão de Obra e Famílias e Domicílios.

Não entrando no detalhe de avaliação da qualidade dos planos divulgados, é certo que uma maior participação dos usários externos na definição do seu conteúdo seria um procedimento mais adequado. Apesar de difícil, essa maior participação poderia ser

tentada de duas formas. Pela opinião direta através de representantes, trabalhando em conjunto com técnicos do IBGE, ou por meio de um mecanismo de consulta que identificasse suas demandas quanto ao que deveria ser divulgado. A certeza é que a PNAD continuará divulgando planos tabulares, e o estabelecimento de seus conteúdos vis a vis à necessidade dos usuários e maneiras de veiculação dessas publicações são questões a serem enfrentadas no projeto de revisão.

Outra questão relevante diz respeito ao crescimento acelerado do uso de equipamentos de microinformática que obriga ser repensada, com bastante cuidado, a forma de divulgação das informações das pesquisas no IBGE. Na realidade, estes equipamentos levaram a que os usuários tenham bastante aumentado seu potencial de tratamento de informações, considerando o acesso fácil a softwares analíticos bastante sofisticados, em quase todas as áreas do conhecimento, mas de utilização cada vez mais simplificada. Pode-se dizer, com certeza, que a demanda aumentou em quantidade, mas não só isso, teve também uma mudança em sua composição. Isto tudo identifica, no caso da PNAD, que deve-se investir no sentido de uma divulgação importante por meio de arquivos em disquetes, que podem, por exemplo, apresentar o plano tabular da pesquisa em formato compatível com os programas mais comumente utilizados, dentre outros tantos produtos possíveis.

No que se refere aos usuários que trabalham com um suporte de informática mais sofisticado, operando seus programas

em instalações de médio ou grande porte, a divulgação de informações passa, basicamente, pelo fornecimento de arquivos em fitas magnéticas, cujo conteúdo e forma de armazenamento costumam assemelhar-se bastante aos encontrados na base de dados do IBGE. Em se tratando de PNAD, essas solicitações vão exigir um esforço considerável no sentido de fornecer aos usuários, documentação adequada para utilização correta das informações. Estes esclarecimentos vão além da descrição detalhada do conteúdo dos arquivos - o que em levantamentos de porte como a PNAD pode não ser tarefa trivial - passando por informações pontuais sobre o processo de expansão dos dados, nível de significância dos resultados e outros aspectos metodológicos bastante específicos, que não seriam requeridos por outra classe de usuário da pesquisa.

Um aspecto fundamental, que não pode ser esquecido, é a atualidade da informação a ser divulgada. O IBGE tem que estar apto a atender á Sociedade de forma ágil, oferecendo uma gama de produtos que satisfaçam suas necessidades.

No propósito de abordar a Disseminação de Informações em sua plenitude, analisando e encontrando soluções para as questões levantadas, esta atividade passa a ser incluída no planejamento da PNAD.

O CDDI desenvolverá o Projeto de Disseminação da PNAD, definindo o Portifólio de Produtos da Pesquisa, bem como as estratégias e processos pertinentes a esta atividade. Este projeto deverá ser concebido em perfeita harmonia entre o CDDI, em suas

diversas unidades, e o DEREN, ou seja unindo pesquisadores e disseminadores com seus conhecimentos próprios, no intuito de alcançar o objetivo comum, qual seja, prover a Sociedade, de forma abrangente, com informações que a retratem no âmbito da PNAD.

Será utilizada neste trabalho a Metodologia estabelecida no CDDI/NDM(1) que enfoca as seguintes etapas:

- 1- Caracterização do produto básico.
- 2- Integração de objetivos, políticas e diretrizes
- 3- Análise de mercado.
- 4- Definição dos produtos de disseminação.
- 5- Determinação do preço.
- 6- O composto de promoções
- 7- Estratégia de distribuição.

informantes, bam como os critários e metodología

8- Acompanhamento, controle e avaliação.

(1) Silva, Claudio Alex Fagundes da, Projetos de Disseminação, Contribuição ao Estabelecimento de uma Metodologia.

4.2- AS FASES

São apresentadas, suscintamente, as fases recomendadas pela metodologia adotada, ressaltando as idéias básicas nela contidas e aplicação na pesquisa em questão. Desta forma mostra-se um primeiro esboço do que virá a ser Projeto de Disseminação da PNAD.

1- Caracterização do Produto Básico

Entende-se como tal, o trabalho de definir as informações que serão disseminadas, o cronograma de liberação dessas informações por parte da área produtora; a forma, o fluxo a ser obedecido para a liberação e uma série de atributos técnicos da informação que devem ser comunicados aos usuários.

Sendo a PNAD a pesquisa abordada, o produto básico vem a ser o conjunto de todas as informações levantadas, criticadas e depuradas, ou seja, a base de dados da PNAD, a nível de informantes, bem como os critérios e metodologia aplicados à pesquisa. A partir desta caracterização serão definidos os produtos para atendimento aos usuários.

2- Integração de Objetivos, Políticas e Diretrizes

Nesta etapa são traçadas as diretrizes que orientam a estratégia de marketing.

Tendo como produto básico o conjunto de informações da PNAD, sejam elas metodológicas ou dados, visa-se explorar a pesquisa em sua magnitude, tratando o seu potencial de forma abrangente, coerente e completa.

Os produtos de disseminação derivados são definidos neste sentido adequando conteúdos e formas às aplicações dos usuários.

3- Análise de Mercado

Constitui-se na definição do público alvo a que o produto destina-se.

Tendo como ponto de partida os usuários atuais da PNAD, estão disponíveis como subsídios para este levantamento, os registros de solicitações recebidas no CDDI/NAT-Núcleo de Atendimento Integrado, que é a unidade responsável pela triagem de todos os pedidos de informação que chegam ao CDDI. Também mostra-se bastante eficiente para este fim a farta documentação produzida pela comunidade científica em congressos, encontros e seminários onde são relatadas carências, críticas e sugestões sobre as pesquisas do IBGE. Além desses, outros recursos adequados à análise de mercado poderão ser utilizados.

4- Definição dos Produtos de Disseminação

Caracterizado o produto básico, associa-se ao seu conteúdo a forma e o meio de disseminação.

A primeira idéia colocada diz respeito ao mais tradicional produto de uma pesquisa, qual seja, o plano tabular que dá origem aos volumes impressos com os seus resultados em forma de tabelas.

A abordagem que se faz é mais ampla e abrangente. Sendo assim, fez-se necessária a adoção de uma nova denominação, qual seja, Plano Tabular Estendido.

Esta concepção, vem a ser a definição não só das tabelas que serão publicadas, mas de todas aquelas que possam ser obtidas com os dados da pesquisa, em diversos níveis geográficos, sendo respeitada, naturalmente, a representatividade estatística como convém a uma pesquisa amostral.

Definido este universo de tabelas, podem ser extraídos subconjuntos deste, criando-se então produtos visando a diversidade da demanda. Por exemplo:

- a) Publicação impressa de tabelas de aspecto geral, selecionadas segundo critérios a serem definidos.
- b) Publicação impressa de tabelas visando segmentos de mercado específicos.
- c) Arquivos em meio magnético, fita ou disquete, com as tabelas acima mencionadas.

d) Serviço de obtenção de tabelas selecionadas pelos usuários, impressas ou em meio magnético.

O SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática - que usa como meios de acesso a Rede Nacional de Telex, a RENPAC e a Rede de Teleprocessamento do IBGE, também será beneficiado com o plano tabular estendido, pois o conjunto de variáveis a ser incorporado à sua base de dados também é um sub-produto deste, uma vez ja terem sido previstas naquela definição maior.

A outra linha de produtos já existente e que deverá ser ampliada é a de microdados, ou seja, produtos contendo o dado elementar da pesquisa, o dado a nível de informantes. São eles:

- a) Arquivo em fita magnética com dados do corpo básico.
- b) Arquivo em fita magnética com dados do corpo básico e do suplemento.
- c) Arquivo temático em disquete, isto é, um conjunto de variáveis selecionadas sobre um determinado assunto, para uma certa área geográfica.
- d) Arquivo em disquete com dados do corpo básico e/ou suplemento para uma certa unidade geográfica.

Os produtos citados até então dizem respeito a dados estatísticos, agregados ou não. Outro aspecto a ser abordado é o das informações metodológicas. Constitue-se, também, em produto, com muita significância, o projeto metodológico que embasa e subsidia uma pesquisa. Informações relevantes sobre o processo de

pesquisa da PNAD, tais como, plano amostral, restrições de uso, conceitos, dicionário de variáveis, etc.

Este produto complementar aos produtos de dados, é fundamental na sua integridade, para aqueles usuários que utilizam a pesquisa de forma detalhada, explorando-a em profundidade. Porém para outros segmentos, informações mais reduzidas e específicas são suficientes. Sendo assim, sua forma pode ser fasciculada, impressa ou em disquete, permitindo o atendimento diferenciado.

As análises dos resultados da PNAD surgem como produtos derivados a serem impressos posteriormente à divulgação dos resultados, quer seja de caráter geral ou sobre um determinado tema da pesquisa. Também se faz necessária uma abordagem específica dirigida a estudantes de nível médio.

Complementando, outros produtos de interesse são arquivos em disquetes ou volumes impressos, abordando alguns temas ao longo do tempo, contemplando assim as Séries Históricas.

5- Determinação do Preço

Com a finalidade de elaborar a proposta de preços procede-se a análise dos custos envolvidos em cada forma e meio de disseminação, levando em conta uma diferenciação do público (universidades, governo, empresa privada).

6- O Composto de Promoções

Define-se a ação de comunicação e promoção dos produtos visando atingir o público-alvo.

O composto promocional deve ser bastante amplo, alcançando não só o evento divulgação, mas garantindo apoio a disseminação constante e descentralizada. Neste sentido, alguns exemplos são citados:

Publicidade através da imprensa.

Palestras proferidas no IBGE e em ambientes usuários da pesquisa.

Demonstração em eventos (congressos, seminários, feiras, etc).

Material promocional: cartazes, folhetos, sistema em microcomputador apresentando os principais aspectos da pesquisa e algumas análises onde a ênfase é um forte apelo visual integrado com uma penetração didática da pesquisa.

7- A Estratégia de Distribuição

Define aspectos relacionados com a disponibilidade do produto para o usuário.

ntre os atendimentos da PRAL eletvados anteriormente a a eleumrão

A determinação do público alvo, feita na Análise de Mercado, fornece subsídios para distribuição dos produtos, que deverá estar em perfeita sintonia com a atividade promocional.

A estrutura de atendimento aos usuários de informações do IBGE, garante uma cobertura a nível nacional através da sede e dos SDDI-Setor de Documentação e Disseminação dos Escritórios Estaduais. Este atendimento consiste na comercialização de produtos impressos, consulta ao acervo da biblioteca e em alguns locais, também ao SIDRA, bem como a intermediação (SDDI) junto ao órgão central de solicitações que estejam fora de seu âmbito.

A ampliação da atuação destes pontos, gradativamente, seguindo as recomendações obtidas nas outras fases do projeto, como a capacitação para atendimento através de produtos em meio magnético, mostra-se como uma boa estatégia de distribuição.

8- O Acompanhamento, Controle e Avaliação

Cria métodos para a análise e realimentação do processo visando ao aperfeiçoamento do sistema.

Através das unidades de atendimento a usuários, CDDI/NAT e SDDI dos Escritórios Estaduais, são obtidas informações que permitem avaliar a ação disseminadora. Por exemplo, a comparação entre os atendimentos da PNAD efetuados anteriormente e a situação atual deve apontar para a diminuição dos atendimentos reativos como consequência da geração pró-ativa de novos produtos.

A identificação dos usuários permite a aplicação de uma pesquisa de opinião objetivando avaliar os produtos quanto a forma, conteúdo, documentação, divulgação etc., realimentando todo o processo da pesquisa com vistas a um contínuo aperfeiçoamento.

Textos para Discussão já publicados

- * Pesquisas Contínuas da Indústria Vol. 1, nº I, jan. 1988
- * Pesquisas Agropecuárias Contínuas: Metodologia Vol. I, n-2, 1988
- * Uma Filosofia de Trabalho: As experiências com o SNIPC e com o SINAPI Vol. I, nº 3, março 1988
- * O Sigilo das Informações Estatísticas: Idéias para reflexão -Vol. I, nº 4, abril 1988
- * Projeções da População Residente e do Número de Domicílios Particulares Ocupados: 1985-2020 Vol. I, n^2 5, maio 1988
- * Classificação de Atividades e Produtos, Matérias-Primas e Serviços Industriais: Indústria Extrativa Mineral e de Transformação Vol. 1, nº 6, agosto 1988
- * A Mortalidade Infantil no Brasil nos Anos 80 Vol. I, nº 7, setembro 1988
 - * Ensaio sobre o Produto Real da Agropecuária Vol. I, n° 9, setembro 1988
 - * Principais Características das Pesquisas Econômicas, Sociais e Demográficas - Vol. I, número especial, outubro 1988
 - * Novo Sistema de Contas Nacionais, Ano Base 1980 Resultados Provisórios Vol. I, n° 10, dezembro 1988
- * Pesquisa de Orçamentos Familiares Metodologia para Obtenção das Informações de Campo nº 11, janeiro 1989
- * De Camponesa a Bóia-fria: Transformações do trabalho feminino nº 12, fevereiro 1989
- * Pesquisas Especiais do Departamento de Agropecuária Metodologia e Resultados nº 13, fevereiro 1989
- * Brasil Matriz de Insumo-Produto 1980 nº 14, maio 1989
- * As Informações sobre Fecundidade, Mortalidade e Anticoncepção nas PNADs n° 15, maio 1989

- * As Estatísticas Agropecuárias e a III Conferência Nacional de Estatística nº 16, junho 1989
- * Brasil Sistema de Contas Nacionais Consolidadas nº 17, agosto 1989
- * Brasil Produto Interno Bruto Real Trimestral Metodologia nº 18, agosto 1989
- * Estatísticas e Indicadores Sociais para a Década de 90 nº 19, setembro 1989
- * Uma análise do Cotidiano da Pesquisa no DEREN (As Estatísticas do Trabalho) n^2 20, outubro 1989
- * Coordenação Estatística Nacional Reflexões sobre o caso brasileiro - nº 21, novembro 1989
- * Pesquisa Industrial Anual 1982/84 Análise dos Resultados nº 22, novembro 1989
- * O Departamento de Comércio e Serviços e a III Conferência Nacional de Estatística - nº 23, dezembro 1989
- * Um projeto de Integração para as Estatísticas Industriais nº-24, dezembro 1989
- * Cadastro de Informantes de Pesquisas Econômicas nº 25, janeiro 1990
- * Ensaios sobre a Produção de Estatística nº 26, janeiro 1990
- * O Espaço das Pequenas Unidades Produtivas: Uma tentativa de delimitação - nº 27, fevereiro 1990
- * Uma Nova Metodologia para Correção Automática no Censo Demográfico Brasileiro: Experimentação e primeiros resultados nº 28, fevereiro 1990
- * Notas Técnicas sobre o Planejamento de Testes e Pesquisas Experimentais - nº 29, março 1990
- * Estatísticas, Estudos e Análises Demográficas Uma visão do Departamento de População nº 30, abril 1990
- * Crítica de Equações de Fechamento de Empresas no Censo Econômico de 1985 nº 31, maio 1990

- * Efeito de Conglomeração da Malha Setorial do Censo Demográfico de 1980 nº 32, maio 1990
- * A Redução da Amostra e a Utilização de Duas Frações Amostrais no Censo Demográfico de 1990 n° 33, junho de 1990
- * Estudos e Pesquisas de Avaliação de Censos Demográficos 1970 a 1990 n° 34, julho de 1990
- * A Influência da Migração no Mercado de Trabalho das Capitais do Centro-Oeste - 1980 - nº 35, agosto de 1990
- * Pesquisas de Conjuntura: Discussão sobre Variáveis a Investigar n° 36, setembro de 1990
- * Um Modelo para Estimar o Nível e o Padrão da Fecundidade por Idade com Base em Parturições Observadas -- nº 37, outubro de 1990
- * A Estrutura Operacional de Uma Pesquisa por Amostra n° 38, novembro de 1990
- * Produção Agrícola, Agroindustrial e de Máquinas e Insumos Agrícolas no Anos 80: Novas Evidências Estatísticas n° 39, dezembro de 1990
- * A Inflação Medida pelo Índice de Preços ao Consumidor n° 40, janeiro de 1991
- * A Participação Política Eleitoral no Brasil 1988, Análise Preliminar n° 41, fevereiro de 1991
- * Ensaios sobre Estatísticas do Setor Produtivo nº 42, março de
- * A Produção Integrada de Estatística e as Contas Nacionais: Agenda para Formulação de um Novo Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas n° 43, março de 1991
- * Matriz de Fluxos Migratórios Intermunicipais Brasil 1980 nº 44, abril de 1991
- * Fluxos Migratórios Intrametropolitanos Brasil 1970-1980 nº-45, abril de 1991

- * A Revisão da PNAD, A Questão Conceitual e Relatório das Contribuições - nº 46, maio de 1991
- * A Dimensão Ambiental no Sistema de Contas Nacionais nº 47, maio de 1991
- * Estrutura das Contas Nacionais Brasileiras nº 48, junho de 1991
- * Mercado do Couro e Resultados da Pesquisa Anual do Couro nº 49, junho de 1991
- * As Estatísticas e o Meio Ambiente nº 50, julho de 1991
- * Novo Sistema de Contas Nacionais Séries Correntes : 1981-85 Metodologia, Resultados Provisários e Avaliação do Projeto - nº 51, julho de 1991 (2 Volumes : Volume 1-Metadologia, Resultados Provisórios e Avaliação do Projeto; Volume 2-Tabelas)
- * O Censo Industrial de 1985 Balanço da Experiência n° 52, agosto de 1991
- * Análise da Inflação nº 53, agosto de 1991
- * Revisão da PNAD : A Questão Amostral : Módulo II do Anteprojeto nº 54, setembro de 1991
- * A Força de Trabalho e os Setores de Atividade Uma Análise da Região Metropolitana de São Paulo - 1986-1990 nº 55, outubro de 1991
- * Revisão da PNAD : Apuração das Informações : Módulo III do Anteprojeto n° 56, novembro de 1991
- * Novos Usos para Pesquisa Mensal : A Evolução dos Salários Industriais, O Desempenho da Pecuária - nº 57, novembro de 1991